

Processo nº 4129/94-Paulo Gonçalves Gomes e Outros.  
CR\$ 137.863.590,00.  
Processo nº 4129/94-INSS. CR\$ 27.572.718,00.

**Secretaria de Estado  
de Cultura**

**Atos da Secretária**

DE 06/06/94

Designa MARIA DO CARMO SORETTA FORTES, matrícula nº 00/0292549-3, para substituir o Diretor da Escola de Artes Visuais desta Secretaria, em suas faltas, impedimentos legais e ausências eventuais. Of. nº 20/EAV/94.

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PESSOAL

APOSTILAS DA DIRETORA

DE 06/06/94

Ato de 27/03/81 - LEONOR TORRES SERBETO, matr. 100.655-0. Tendo em vista o que consta do Processo 03/07049/80, o inativo, a quem se refere o presente título, terá como base para a revisão de seus proventos aqueles atribuídos ao cargo de Agente Auxiliar de PNM, Classe Especial, Ref.40, a partir de 01/01/86.

Ato de 27/03/81 - LEONOR TORRES SERBETO, matr. 100.655-0. Tendo em vista o que consta do Processo 03/07049/80, o inativo, a quem se refere o presente título, terá como base para a revisão de seus proventos aqueles atribuídos ao cargo de Agente de Apoio Educacional I, Nível I, a partir de 23/09/88.

Ato de 25/05/94 - THAIS HELENA MARQUES, matr. 1.039.816-2. Tendo em vista o que consta do processo 18/000.564/94, o inativo, a quem se refere o presente título, faz jus à concessão de 60% de triênios.

DESPACHOS DA DIRETORA

DE 19/05/94

Proc. 18/000.332/94 - VERA MARIA VIOLA BRENNER, matr. 115.488-9. Tendo em vista a recontagem processada no tempo de serviço do servidor, ficou constatado que o mesmo faz jus à concessão de 55% de triênios.

DE 30/05/94

Proc. 03/040.999/71 - GERHARD PETER DAUELSBERG, matr. 115.452-5. Tendo em vista a recontagem processada no tempo de serviço do servidor, ficou constatado que o mesmo faz jus à concessão de 18 (dezoito) meses de Licença-Especial, correspondente ao período de 21/05/62 a 18/05/92 e não como constou dos despachos de 14/10/71, 04/07/80, 17/12/82 e 09/03/94.

DE 03/06/94

Proc. 03/02342/89 - ELENA LERNER, matrícula nº 207.092-8. Concedo Licença-Especial de 03 (três) meses. Período-base: 24/10/87 a 23/10/92.

DE 06/06/94

Proc. 18/000.332/94 - VERA MARIA VIOLA BRENNER, matr. 115.452-5. Fixados os proventos mensais de inatividade em CR\$ 564.975,00, a partir de 01/06/94.

Proc. 18/000.564/94 - THAIS HELENA MARQUES, matr. 1.039.816-2. Fixados os proventos mensais de inatividade em CR\$ 583.257,78, a partir de 01/06/94.

Proc. 18/000.618/94 - MARCOS COSTA VIEIRA, matrícula 115.470-7. Fixados os proventos mensais de inatividade em CR\$ 583.516,57, a partir de 01/06/94.

DE 07/06/94

Proc. 18/000.642/94 - PEDRO TEIXEIRA DA CUNHA, matr. 1.103.388-3. Fixados os proventos mensais de inatividade em CR\$ 563.521,57, a partir de 07/06/94.

DE 20.06.94

Proc. 18/000.726/94 - Fica alterado para MARILENA PEREIRA GARCIA, o nome do servidor detentor da matrícula 88.333-0.  
Proc. 18/000.727/94 - Fica alterado para MARILENA PEREIRA GARCIA, o nome do servidor detentor da matrícula 500.993-1.  
Proc. 18/000.720/94 - HORACIO LAGE FILHO, matr. 102.072-6. Concedo Licença-Especial correspondente a 03 (três) meses. Período-base: 24.05.88 a 23.05.93.

Autorizo a contagem em dobro de 03 (três) meses de Licença-Especial não gozados, para fins de aposentadoria.

Proc. 18/000.596/94 - IVONE DE BRITO SIMONETTI, matrícula 165.484-7. Fixados os proventos mensais de inatividade, a partir de 10.06.94, em CR\$ 599.364,27.

Proc. 18/450.261/94 - MURILLO TERTULIANO DOS SANTOS, matr. 131.183-6. Anote-se a desavervação do tempo de serviço em atividade vinculada ao regime da Previdência Social, no período de 13.10.55 a 12.10.56, no total de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de efetivo exercício, concedido no despacho de 24.06.85, publicado no D.O. de 25.06.85.

**Administração Vinculada**

FUNDAÇÃO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNARJ

Ato da Presidente  
de 14/06/94

Considera designado, a contar de 31/05/94, ODIMAR CAMILO SILVA, matr.32/3261, para responder interinamente pela função de confiança de Chefe de Divisão - Divisão de Orçamento e Finanças, FAR-03, da Diretoria Administrativa e Operacional, em vaga decorrente da dispensa de João Carlos Andrade Santos, cessando os efeitos do ato de 29/07/91, publicado no D.O. de 01/08/91, que o designou para responder interinamente pela função de confiança de Encarregado de Seção-Seção de Finanças, FAR-05, da Divisão de Orçamento e Finanças da Diretoria Administrativa e Operacional da FUNARJ.

**Secretaria de Estado  
de Obras  
e Serviços Públicos**

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PESSOAL

DESPACHOS DO DIRETOR

DE 20.06.94

Proc.E-19/0979/91-ORLANDO DE FIGUEIREDO COUTINHO-Matrícula 616.812-4. Concedo ao servidor 40% de triênios, de acordo com o disposto na Lei nº 1258 de 16.12.87, a partir de 09 de junho de 1994.

Proc.E-19/0563/94-SILVIO RENATO CASTRO DA FONSECA-Matrícula 285.231-7. Concedo ao servidor 09 (nove) meses de Licença-Prêmio relativos ao período-base de tempo de serviço apurado entre 15.08.78 a 10.08.93.

Proc.E-19/0080/94-MARISA JARZUN-Matr.259550-2. Anote-se, nos termos do Art.9º da Lei nº 530 de 04.03.82, em cumprimento ao disposto no § Único do Art.94 da Constituição Estadual, o tempo de serviço prestado em atividades vinculadas ao regime da Previdência Social, nos períodos de 08.78 a 04.82 no total de 1.027 dias de efetivo exercício, desprezando-se o período de 28.05.81 a 30.04.82, por ser concomitante.

**Secretaria de Estado  
de Educação**

**Atos do Secretário**

DE 14.06.94

Aposenta MARIA DA CONCEIÇÃO APARECIDA, Profª Doc. I, nível "C", ref. 6, mat. nº 515.784-7, do Quadro I, de acordo com os arts. 214, inciso III, e 219, inciso II, do Decreto nº 2479 de 08.03.79, com efeitos a contar de 05.10.93. Ref. Proc. nº E-01/600246/94.

**Despachos do Secretário**

DE 20.06.94.

Processo nº 03/05984/94. Tendo em vista as alegações constantes no processo, AUTORIZO a transferência dos bens relacionados a seguir, de estabelecimento de ensino da AAE de Niterói, para o Círculo de Amigos do Menino Patrolheiro de Nova Friburgo, por força de convênio a ser celebrado com essa entidade.

- 01 (um) Torno para madeira - C.E. Conselheiro Macedo Soares - nº de inventário - 21.207, marca ACERBI;
- 01 (um) Desempeno - C. E. Conselheiro Macedo Soares - nº de inventário - 21.060 - marca ACERBI, e,
- 01 (uma) Lixadeira (junto com Desempenadeira) - sem nº de inventário - C.E. Mullulo da Veiga.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

PROCESSO Nº: E-03/22.971/93

INTERESSADO: COORDENADORIA DE ENSINO DE 2º GRAU ENSINO TÉCNICO

PARECER Nº 159/94

Responde consulta sobre Conselho de Classe.

**HISTÓRICO**

O Sr. Coordenador da Coordenadoria de Ensino de 2º Grau - Ensino Técnico, da Secretaria de Estado de Educação, enviou a este Conselho, através da Coordenadoria Geral Pedagógica, consulta sobre a soberania do Conselho de Classe e sobre o percentual mínimo de presentes para que o conselho se realize.

Inicialmente, o processo foi encaminhado à Câmara de Ensino Médio, que, por intermédio de seu Presidente, solicitou apreciação desta Comissão.

**VOTO DO RELATOR**

Em seu competente estudo sobre Trabalho Escolar e Conselho de Classe (Papyrus, 1992), a Profª Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben expõe que, anteriormente à Lei nº 5.692/71, o Conselho de Classe não se apresentava como instância formalmente instituída na escola. Os estabelecimentos de ensino que voluntariamente adotavam, faziam-no, talvez, por perceberem a sua importância pedagógica.

Diz ainda que a implantação dos Conselhos de Classe não ocorreu claramente por determinação da nova lei. Deu-se a partir de orientações baixadas pelos Conselhos Estaduais de Educação que, para tanto, encontraram abertura no próprio texto da lei. É o que se pode depreender da leitura do parágrafo único do artigo 2º da Lei 5.692/71:

"A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação".

No antigo Estado da Guanabara, foi pelo Parecer nº 1.367/73, do então Conselho Estadual de Educação, que se instituíram os conselhos de classe nos estabelecimentos oficiais de ensino. Implantados inicialmente no 1º Grau da rede estadual, pela Portaria "N" SED nº 9, de 16 de fevereiro de 1973, estenderam-se ao 2º Grau pela Portaria "E" nº 39, de 11 de novembro de 1974.

Quando da fusão do ex-Estado da Guanabara com o antigo Estado do Rio de Janeiro, as unidades escolares oficiais do Estado da Guanabara continuaram seguindo as normas que já adotavam com relação aos conselhos de classe. As do antigo Estado do Rio de Janeiro continuaram seguindo as normas constantes de seus regimentos escolares, normas essas não tão uniformizadas quanto as vigentes na rede oficial de ensino do Estado da Guanabara.

Nas normas estabelecidas nas portarias acima mencionadas, cada Conselho de Classe era integrado, basicamente, pelos seguintes membros:

- o diretor do estabelecimento de ensino
- o assessor pedagógico (ou cargo equivalente)
- o orientador educacional da turma
- o professor representante da turma
- todos os professores da turma.

Não havia, pois, expressamente, qualquer menção a percentual mínimo de membros presentes.

Em 1980, o Conselho Estadual de Educação aprovou o Parecer nº 110/80. Por este parecer, instituíram-se novas diretrizes para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem nas escolas da rede oficial do Estado do Rio de Janeiro, a partir de proposta apresentada pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

Nessas novas normas, um capítulo inteiro foi dedicado ao Conselho de Classe. Dizem elas:

"Art. 5º. Cada Conselho de Classe será constituído pelo Diretor da Unidade Escolar ou seu representante, pelo Orientador Pedagógico, pelo Orientador Educacional e pelos professores da turma.

§ 2º. Nos Conselhos realizados no último bimestre letivo, e após a recuperação, estarão presentes todos os professores da turma".

1- Em caso de absoluta impossibilidade de presença, o professor será representado pelo Coordenador de Área ou pelo Diretor da Unidade Escolar".

Em 27 de janeiro de 1986, a Secretaria de Estado de Educação editou a Resolução nº 1.246, que aprovou o Regimento Básico dos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Nessa Resolução, o artigo 17 assim dispõe:

"Art. 17. O Conselho de Classe obrigatório em cada Unidade Escolar e integrado pelo Diretor, pela Coordenação Técnico-Pedagógica e pelos professores da turma tem por objetivo fundamental o contínuo e permanente aperfeiçoamento do processo educativo, quer no tocante ao rendimento escolar quer no que diz respeito ao ajustamento social do aluno".

Recentemente, a Resolução nº 1.736, de 10 de janeiro de 1994, assim determina, no parágrafo único do artigo 7º:

"Parágrafo único. A ausência do professor no CEC é considerada falta grave, uma vez que o CEC se constitui em espaço de discussão de todos os professores sobre o aluno como um todo, com vistas ao aperfeiçoamento do seu progresso de aprendizagem".

Os textos legais supramencionados indicam, pois, a necessidade da presença de todos os professores, supervisores, orientadores, diretores. E até os alunos devem também poder participar. E não poderia ser de outra forma: o Conselho de Classe é um momento privilegiado de reflexão conjunta sobre as possibilidades dos alunos e professores, sobre suas dificuldades e as maneiras possíveis de auxiliá-los em seu desenvolvimento. É o momento da consolidação de um trabalho que, na escola, tem de ser em equipe, integrado, procurando-se articular de forma harmônica as diversas partes desse todo que é o processo de ensino-aprendizagem.

Quando, porém, o Conselho de Classe se reduz à mera apresentação de notas ou conceitos de alunos e à seleção de pareceres finais sobre os mesmos, a partir de um rol já previamente determinado pela escola, então sua função passa a ser simplesmente classificatória. Ele se centra então, exclusivamente, na avaliação do rendimento do aluno, com características que pouco ultrapassam o processo de medida de cunho estritamente quantitativo, adquirindo foros de instância de julgamento.

Dai, portanto, chegar-se a questões como a formulada neste processo relativa ao percentual mínimo de presentes necessário à realização de um Conselho de Classe.

Mas essa dúvida é reveladora. Ela deixa transparecer que, apesar das reiteradas determinações quanto à necessidade da presença de todos os seus membros ao Conselho de Classe, nem sempre se conta com um número expressivo de presentes. Tal fato, certamente, inviabiliza a realização de um trabalho que se pretende e se quer coletivo, participativo, voltado para a análise e avaliação global do aluno e do processo de ensino da escola.

Se assim é, parece-nos de toda conveniência que se recomende à Secretaria de Estado de Educação que elabore normas de funcionamento do Conselho de Classe, nas quais se indique, entre outras coisas, com que presença ele se instala e delibera. Essa presença, acreditamos, não deveria ser inferior a 2/3 dos membros que o integram, sob pena de se perder a essência de sua riqueza: trazer à tona a totalidade orgânica do processo de ensino-aprendizagem, numa busca comum por soluções e pela construção de propostas alternativas de trabalho.

Já quanto à questão da soberania do Conselho de Classe, necessário se faz explicitar o sentido desse termo no contexto desse conselho.

De fato, se por um lado se percebe como soberana a decisão de cada membro de um conselho de classe que se realiza sem pôr em prática suas reais possibilidades de desenvolver uma relação interativa e integradora entre seus membros; que deixa que cada um desses membros dite seus "veredictos" sobre a promoção ou reprovação de alunos, considerando-os, isoladamente, a partir da ótica de suas disciplinas ou áreas de conhecimento; que aceita, corporativamente, que esses "veredictos" não podem ser revistos, que são definitivos, nesse caso cabe ao próprio Conselho de Classe não aceitar tal postura. Ele deve buscar a retomada do espaço democrático que detém e lutar pelo direito de decidir a partir da necessária participação direta, efetiva e entre laçada dos profissionais que atuam no processo pedagógico. O importante é não perder de vista o fato de que o aluno é um ser único, indivisível, que não é composto, no seu saber, de vários pedaços de conhecimento.

Se, de um outro lado, se percebe como soberano o próprio Conselho de Classe, com decisões que não admitem recurso, há que se relembrar aqui as próprias posturas a respeito do assunto já assumidas por este colegiado.

Em seu brilhante Parecer nº 26/94, aprovado por unanimidade pelo plenário deste Conselho, o Conselheiro Marcos Souza da Costa Franco posicionou-se veementemente contra a chamada "soberania" do Conselho de Classe.

Também o Regimento das unidades escolares da rede de ensino do Estado do Rio de Janeiro, recentemente aprovado em parecer deste Conselho, dispõe, no parágrafo único do artigo 63:

"Parágrafo único. Das decisões do Conselho de Classe cabe recurso ao Conselho Estadual de Educação".

A escola propõe-se educar e o ato de educar deve, necessariamente, referir-se à capacidade de leitura crítica da prática vivida na escola. É de casa que se começa. É nela que se exercita o embrião da cidadania.

Melhor será, portanto, que, em vez de soberano, se considere o Conselho de Classe como autônomo em a liberdade e a independência que precisa ter no âmbito da escola, mas não a ponto de cassar de qual quer um de seus membros o direito de recorrer de suas decisões.

Este é o nosso parecer.

#### CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Legislação e Normas acompanha o voto do Relator.

Rio de Janeiro, 01 de março de 1994.

(aa) Sérgio Pereira da Silva - Presidente  
Ronaldo da Silva Legey - Relator  
Álvaro Narciso de Queiroz Bastos  
Carlos Tolomioti de Oliveira  
Lucy Serrano Ribeiro Vereza  
Marcos Souza da Costa Franco  
Paulo Kohler Pinto Lopes Sampaio  
Ronaldo Pimenta de Carvalho

#### CONCLUSÃO DO PLENÁRIO

O presente Parecer foi aprovado, nos termos do artigo 9º da Lei nº 1.590, de 18/12/89.

SALA DAS SESSÕES, no Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1994.

BAYARD DEMARIA BOITEUX  
Presidente em exercício

- 1 - CÂMARA DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO FUNDAMENTAL  
- RECONHECE NOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO Nº 198/92  
PROCESSO Nº: 07/005.104/93  
Parecer nº 120/94, aprovado em 05/4/94  
INTERESSADO: JARDIM ESCOLA MEU PARAÍSO, MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
Relator: Marcos Souza da Costa Franco

- AUTORIZA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR  
PROCESSO Nº: 07/028.220/91  
Parecer nº 119/94, aprovado em 05/4/94  
INTERESSADO: CENTRO EDUCACIONAL SANTO ANTÔNIO, MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
Relator: Ronaldo Pimenta de Carvalho

- APROVA O "PLANO BÁSICO DE ESTUDOS" DA SEE-RJ REFERENTE À EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR  
PROCESSO Nº: 03/31.033/93  
Parecer nº 118/94, aprovado em 05/4/94  
INTERESSADO: COORDENADORA GERAL PEDAGÓGICA, MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
Relatora: Lucy Serrano Ribeiro Vereza

- CONVALIDA OS ESTUDOS REALIZADOS NO ANO DE 1992 EM NÍVEL DE 1º GRAU  
PROCESSO Nº: 03/2.900.342/93  
Parecer nº 117/94, aprovado em 05/4/94  
INTERESSADO: JARDIM ESCOLA BRINCANDO E APRENDENDO, MUNICÍPIO DE CANTAGALO  
Relatora: Lucy Serrano Ribeiro Vereza

- RECONHECE NOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO Nº 180/90  
PROCESSO Nº: E-03/1.000.287/92  
Parecer nº 111/94, aprovado em 29/3/94  
INTERESSADO: MUNDO MÁGICO JARDIM ESCOLA, MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS  
Relator: Paulo Kohler Pinto Lopes Sampaio

- PROCESSO Nº: 03/903.076/92  
Parecer nº 110/94, aprovado em 29/3/94  
INTERESSADO: JARDIM ESCOLA RECANTO DO SABER, MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU  
Relator: Ronaldo Pimenta de Carvalho

- 2 - CÂMARA DE ENSINO MÉDIO  
- APROVA REGIMENTO ESCOLAR DO COLÉGIO MUNICIPAL PROF. NILDO CARUSO NARA  
PROCESSO Nº 03/3.900.332/93 3 anexo 03/3.900.333/93  
Parecer nº 121/94, aprovado em 05/4/94  
INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCARA, MUNICÍPIO DE ITAOCARA  
Relator: Fernando Cavalcante

- 3 - CÂMARA DE ENSINO SUPLETIVO  
- RECONHECE A EQUIVALÊNCIA DOS ESTUDOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL AOS DE TÉCNICO EM GEODÉSIA E CARTOGRAFIA  
PROCESSO Nº: E-03/100.785/93  
Parecer nº 109/94, aprovado em 29/3/94  
INTERESSADO: JOSÉ FRANCISCO LADEIRA NETO  
Relator: Ronaldo da Silva Legey

- COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS  
- NEGA AUTORIZAÇÃO PARA LECIONAR BIOTECNOLOGIA  
PROCESSO Nº 03/5.700.834/93  
Parecer nº 115/94, 115, aprovado em 05/4/94  
INTERESSADO: MARIA ANTONIA MUÑOZ DE MALAJOVICH (INSTITUTO DE TECNOLOGIA ORT)  
Relator: Sérgio Pereira da Silva

- BIOTECNOLOGIA E ORGANIZAÇÃO E NORMAS  
PROCESSO Nº: 03/5.700.831/93  
Parecer nº 114/94, aprovado em 05/4/94  
INTERESSADO: ROSSANA ODETE MATTOS FOLY (INSTITUTO DE TECNOLOGIA ORT)  
Relator: Sérgio Pereira da Silva

- INGLÊS  
PROCESSO Nº: E-03/3.100.117/92  
Parecer nº 105/94, aprovado em 29/3/94  
INTERESSADO: MARIA DAS GRAÇAS DE ABREU LAMEGO  
Relator: Sérgio Pereira da Silva

- LITERATURA  
PROCESSO Nº: E-03/3.100.123/92  
Parecer nº 104/94, aprovado em 29/3/94  
INTERESSADO: TEREZINHA RODRIGUES BARPELO  
Relator: Sérgio Pereira da Silva

- GEOGRAFIA E CIÊNCIAS  
PROCESSO Nº: E-03/3.100.133/92  
Parecer nº 103/94, aprovado em 29/3/94  
INTERESSADO: ROSÂNGELA NÓBREGA DE FREITAS ARRAPIS  
Relator: Sérgio Pereira da Silva

- AUTORIZA A LECIONAR PROCESSOS INDUSTRIAIS POR 6 (SEIS) MESES  
PROCESSO Nº: 03/5.700.833/93  
Parecer nº 113/94, aprovado em 05/4/94  
INTERESSADO: LUIZ KLEBER LYRA DE QUEIROZ (INSTITUTO DE TECNOLOGIA ORT)  
Relator: Sérgio Pereira da Silva

- DIREITO E LEGISLAÇÃO  
PROCESSO Nº: 03/7.500.136/93  
Parecer nº 108/94, aprovado em 29/3/94  
INTERESSADO: ANTONIO FRANCISCO ALVES NETO  
Relator: Álvaro Narciso de Queiroz Bastos

- ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS E PROCESSAMENTO DE DADOS  
PROCESSO Nº 03/5.902.931/93  
Parecer nº 107/94, aprovado em 29/3/94  
INTERESSADO: SANDRA MAPIA PIBEIRO LOPES  
Relator: Álvaro Narciso de Queiroz Bastos

- PROCESSAMENTO DE DADOS POR 6 (SEIS) MESES  
PROCESSO Nº: 03/5.700.829/93  
Parecer nº 106/94, aprovado em 29/3/94  
INTERESSADO: CARLOS AUGUSTO AMAND PILLAR (INSTITUTO DE TECNOLOGIA ORT)  
Relator: Sérgio Pereira da Silva

- RATIFICA A PLENA VALIDADE DOS DOCUMENTOS DE CONCLUSÃO DE CURSOS EXPEDIDOS PELO COLÉGIO ESTADUAL PADRE MELLO  
PROCESSO Nº: E-03/2.600.317/93  
Parecer nº 112/94, aprovado em 05/4/94  
INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
Relator: Marcos Souza da Costa Franco

- 1 - CÂMARA DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO FUNDAMENTAL  
- RECONHECE NOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO Nº 198/92  
PROCESSO Nº: 03/1.702.296/92  
Parecer nº 77/94, aprovado em 08/3/94  
INTERESSADO: INSTITUTO EDUCACIONAL ALVES E ALMEIDA, MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
Relator: Marcos Souza da Costa Franco

- 2 - CÂMARA DE ENSINO MÉDIO  
- CONVALIDA ESTUDOS DE ALUNOS DE 2º GRAU DO CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE NO ANO DE 1992, DO COLÉGIO MUNICIPAL PROFESSOR PEDRO PAULO DE BRAGANÇA PIMENTEL  
PROCESSO Nº E-03/2.300.431/93  
Parecer nº 79/94, aprovado em 08/3/94  
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE ARARUAMA, MUNICÍPIO DE ARARUAMA  
Relatora: Bialedda Salgado do Nascimento

- CONCEDE CERTIFICAÇÃO COM FORÇA DE CERTIFICADO DE 2º GRAU  
PROCESSO Nº: 03/8.100.172/93  
Parecer nº 78/94, aprovado em 08/3/94  
INTERESSADO: LUIZ AMÉRICO ESCOBAR DE SOUZA  
Relatora: Bialedda Salgado do Nascimento

- 3 - CÂMARA DE ENSINO SUPLETIVO  
- RECONHECE OS ESTUDOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL COMO EQUIVALENTES AOS DE:  
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES  
PROCESSO Nº: E-03/100.771/93  
Parecer nº 73/94, aprovado em 08/4/94  
INTERESSADO: SÉRGIO GONÇALVES BORGES  
Relator: Carlos Tolomioti de Oliveira

- TÉCNICO EM ELETRÔNICA  
PROCESSO Nº: E-03/100.7C2/93  
Parecer nº 74/93, aprovado em 08/4/94  
INTERESSADO: CELSO MAIA PERES  
Relator: José Ruben Ceballos

- PROCESSO Nº: 03/100.697/93  
Parecer nº 75/94, aprovado em 08/4/94  
INTERESSADO: LUÍS GRILLO DOS SANTOS  
Relatora: Líia Ciomar Macedo de Faria

- APROVA PROJETO E AUTORIZA O FUNCIONAMENTO DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL  
PROCESSO Nº: E-03/8.100.178/93  
Parecer nº 76/94, aprovado em 08/4/94  
INTERESSADO: INSTITUTO DE CULTURA TÉCNICA, MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA  
Relator: Ronaldo da Silva Legey

- DE ENFERMAGEM E DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO TRABALHO  
PROCESSO Nº 03/100.839/93 e anexos: E-03/6.300.067/91; E-03/6.300.066/91; E-03/100.161/91; E-03/100.162/91  
Parecer nº 69/94, aprovado em 01/3/94  
INTERESSADO: COLÉGIO BEZERRA DE APAUJO, MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

- Relator: Ronaldo Pimenta de Carvalho

- RECOMENDA O ACOLHIMENTO DE SUGESTÃO DA EX-MINISTRA ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ A FIM DE INCLUIR NOS CURRÍCULOS ESCOLARES OS ESTUDOS E PRÁTICAS RELATIVOS À PREVENÇÃO DE ACIDENTES EM GERAL

- PROCESSO Nº: E-03/100.808/93  
Parecer 70/94, aprovado em 01/3/94  
INTERESSADO: DINA WANDERMAN  
Relator: Antônio José Chediak

## Secretaria de Estado de Saúde

### Atos do Secretário

RESOLUÇÃO Nº 937/SES de 14 de junho de 1994

Estabelece competência para a Coordenação e Gerenciamento do Sistema de Alto Custo e Alta Complexidade no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, no SUS-RJ.

O Secretário de Estado de Saúde, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o Art. 7º, inc. IX, letra b; Art. 8º e Art. 17º, incs. II e IX, da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde); a PT/GM/MS nº 545, de 20 de maio de 1993, que estabelece a NOB-SUS 01/93, em seus itens 4.2.1, letra a e 4.2.2 letra a; o estabelecido nas Portarias MS/SAS nº 170 de 17.12.93, nº 171, de 20.12.93, nº 172, de 17 de dezembro de 1993, nº 173, de 17.12.93 e nº 174, de 17.12.93, disciplinando Alta Complexidade em Câncer, Ortopedia e Cardiologia; o que determina as Portarias MS/SAS nº 12, de 02.02.94, nº 22, de 10 de fevereiro de 1994, em relação às mudanças na distribuição e validade das AIH de longa permanência; o estabelecido na PT/MS/SAS nº 38, de 03 de março de 1994, criando as Normas do Sistema Integrado de Atenção ao Paciente Renal Crônico e, finalmente a PT/GM/MS nº 203 de 26.01.94, que estabelece o minuta padrão de convênio a serem celebrados em